Governo federal quer ouvir Supremo antes de começar repasses do FPE

O governo federal quer ouvir os ministros do Supremo Tribunal Federal antes de repassar aos estados suas cotas no Fundo de Participação dos Estados. Segundo informações da *Folha de S.Paulo* deste sábado (5/01), está marcada para esta segunda-feira (6/12) uma reunião entre o presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, para discutir o assunto.

Isso porque, em 2010, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a Lei Complementar 62/1989, que regulamenta o FPE. Afirmou que a lei estava defasada: não obedecia mais o critério de manter o "equilíbrio socioeconômico"entre os estados, conforme manda o artigo 161 da Constituição Federal.

No entanto, o Supremo deu até 31 de dezembro de 2012 para que o Congresso votasse nova lei e nova forma de distribuição. Não o fez. O Tribunal de Contas da União, responsável por calcular o valor do FPE ano a ano, já fez as contas de acordo com os métodos antigos, mas a União ainda não sabe se pode fazer a distribuição.

Segundo reportagem da *Folha*, o governo teme sanção legal ao ministro da Fazenda Guido Mantega. O repasse do FPE, de acordo com o organograma federal, deve ser feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é do Ministério da Fazenda. Se o pagamento for feito, Mantega corre o risco de responder por crime de responsabilidade e ser punido com a perda do cargo e de seus direitos políticos.

A missão de Adams na reunião da segunda, ainda de acordo com a *Folha*, é sugerir que Barbosa submeta ao Pleno do STF uma proposta para ampliação do prazo para reformular as regras de repasse. A data prevista para a primeira distribuição é a próxima quinta-feira, dia 10 de janeiro.

Date Created
05/01/2013

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.